



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA- PIBIC/ CNPq

RELATÓRIO FINAL

Título do Projeto: Os desafios do Acesso e da permanência na Educação Superior no contexto das Políticas de inclusão social

Plano de Trabalho: Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof. Dr. EdineideJezine Mesquita Araújo
Universidade Federal da Paraíba- CE/DME
Endereço: Cidade Universitária, Campus I Castelo Branco
João Pessoa- Paraíba- CEP: 58051-900
edjezine@gmail.com

Bolsista: Jislayne Fidelis Felinto.
Universidade Federal da Paraíba
Endereço: José Barbalho Filho, 179, Bairro Mandacaru.
João Pessoa- Paraíba CEP: 58027031
Jislayne_22@hotmail.com

**João Pessoa
2015**

RESUMO

O relatório busca apresentar os resultados da pesquisa **Os desafios do Acesso e da permanência na Educação Superior no contexto das Políticas de inclusão social**, foca a temática das políticas de Educação Superior, precisamente no período pós-LDB, em que busca de destrinchar os atuais desafios, voltados para permanência de sujeitos em situação de vulnerabilidade, um estudo de caso da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Nesse sentido aborda o processo de expansão, a partir da adesão do REUNI – Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, iniciado em 2007 e a democratização do acesso a partir das políticas de cotas, em que se objetiva analisar aspectos dessas políticas (acesso) na mudança do perfil dos sujeitos ingressantes, refletido no âmbito institucional. A partir desse contexto, debruça-se sobre a questão: quais as políticas de permanência, implementadas, pela instituição a fim de enfrentar as desigualdades sociais no âmbito institucional, face o processo de expansão e democratização do acesso que possibilitou o ingresso de diferentes sujeitos sociais. O estudo parte das discussões realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior e Sociedade (GEPESS) e Núcleo de Estudos e Pesquisas na Educação Superior (NEPES), coordenado pela professora doutora Edineide Jezine, em parceria com a rede Universitas/Br¹. Para tanto, adota-se a metodologia quali-quantitativa, e utilizar-se a Base do banco de Dados do INEP, os dados do Censo da Educação Superior (INEP) e as informações fornecidas pelo Núcleo de Informação e Tecnologia da UFPB (NTI). Como fundamentação teórica, o estudo ampara-se nos estudos dos pesquisadores da Rede Universitas/Br e nas produções do referido grupo de pesquisa. Jezine (2014) discute o processo de expansão e democratização da Educação Superior, partindo para entendimento dos fatores determinantes que contribuíram para o ingresso de sujeitos menos favorecidos economicamente na instituição e os desafios que esses enfrentam para a permanência. Para tanto, busca referências em Bourdieu a partir dos conceitos de *habitus*, capital cultural e social em que se busca apreender a dinâmica dos processos de exclusão social.

Palavras-Chaves: educação superior; acesso e permanência.

1

A rede Universitas/Br congrega um grupo de pesquisadores de várias universidades brasileiras que visam avaliar todas as produções científicas da temática Educação Superior em nível nacional. A rede tem como sua coordenadora a Prof.^a Dr.^a Marília Morosini (PUCRS) e conta com a participação das Universidades: UFRGS, UFMG, UFPR, UFRJ, UCP, UFF, UERJ, UFSCAR, UNIMEP, UNIFESP, UFAL, UFPB, UFPA, UFMT, UFG, UCDB, USP, UFRRJ, FURB e UFMS. O site do Universitas encontra-se disponível em <<http://www.pucrs.br/faced/pos/universitas>> Acesso: 15/08/2014.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	5
2.1. Aspectos do contexto histórico da expansão da educação superior; política de expansão da educação superior no Brasil.....	6
2.2. Política de expansão da educação superior no Brasil.....	6
3. RESULTADOS DA PESQUISA	
2.3. Política de educação superior e a UFPB.....	10
3.1. Perfil social, econômico e educacional dos ingressantes na UFPB.....	15
3.2 Políticas adotadas pelas universidades visando a permanência de alunos que conseguem barrar as desigualdades sociais e terem acesso ao ensino superior.....	19
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
4. REFERÊNCIAS.....	25

1. INTRODUÇÃO

O relatório da pesquisa **Os desafios do Acesso e da permanência na Educação Superior no contexto das Políticas de inclusão social** apresentado encontra-se integrado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior e Sociedade (GEPES) e Núcleo de Estudos e Pesquisas na Educação Superior (NEPES), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), coordenado pela professora doutora Edineide Jezine, em parceria com a Rede Universitas/BR. As discussões centram-se acerca dos desafios que a Universidade Federal da Paraíba, atualmente vem enfrentando para a promoção da permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade, ingressos a partir da expansão e democratização do acesso, precisamente, com a adoção de políticas afirmativas e o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Para esse estudo as categorias acesso e permanência na educação superior, são o ponto de partida para a análise das mudanças que se processam no âmbito político, econômico e educacional, considerando o período pós LDB/1996; atendendo a ordem cronológica dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) no período de 1995 a 2002 e Luís Inácio Lula da Silva de 2003 a 2011, tendo em vista as políticas de expansão, os processos de democratização do acesso e os desafios para a permanência na educação superior, em especial na Universidade Federal da Paraíba.

Portanto, para compreender o debate acerca dos desafios da permanência de sujeitos ingressos a partir da adoção das políticas de cotas e expansão de vagas apresenta-se uma breve contextualização da relação capitalismo e educação no contexto do neoliberalismo, buscando apreender com as políticas internacionais, a partir dos organismos de financiamento interferem na formulação das políticas de educação superior no Brasil. Portanto, a fundamentação teórica é desenvolvida a partir de aspectos do contexto histórico da expansão da educação superior; política de expansão da educação superior no Brasil; política de educação superior e as especificidades da UFPB. A análise da expansão processa-se a partir da relação público e privado em que se demonstra a consonância das políticas de expansão com a indicações dos organismos internacionais de financiamento e a reforma do estado brasileiro na minimização da responsabilidade do Estado com bens e serviços público.

Como resultado da pesquisa, o estudo apresenta os dados do perfil social, econômico e educacional dos ingressantes na UFPB, em processos e formas de ingresso adotadas pela UFPB, a saber: o Processo Seletivo Seriado (PSS) e o Sistema de Seleção Unificado (SiSU). Na busca de fomentar o debate conceitual sobre as políticas para a permanência de sujeitos que conseguem barrar as desigualdades sociais e terem acesso a cursos de nível superior apresenta-se o levantamento de dados realizado no Banco de Dados da CAPES e alguns elementos teóricos para se pensar a permanência na educação superior a partir da inserção em programas acadêmicos.

Para tanto, a pesquisa adota o tipo de pesquisa, quali-quantitativa, exploratória e analítica, ao qual se apropria de dados quantitativos clareando o entendimento acerca dos fatores que rege a problemática das políticas de expansão e acesso, bem como a complexidade da permanência. Os dados são coletados a partir das informações fornecidas pelo Censo da Educação Superior (INEP); Núcleo de Informação e Tecnologia da UFPB (NTI); dos dados do questionário socioeconômico, preenchido quando da inscrição do PSS e dados fornecidos pela Coordenação dos Programas Acadêmicos, no campo da pesquisa.

Para a análise dos resultados pauta-se nos conceitos de *habitus* de Bourdieu (2002) ao qual ajuda a pensar a sociedade a partir de campos organizados por meio de sistemas políticos, econômicos e sociais, bem como a interferência desses sistemas nos comportamentos intrínsecos dos indivíduos, expressados nos hábitos, nas relações sociais, nos interesses etc. Também, auxilia na concepção acerca da educação como mecanismo de poder e da relação com a sociedade, clareando o entendimento dos fatores que geram a inclusão/exclusão, sendo este, o elemento central para compreensão de que o indivíduo constituído culturalmente, socialmente e economicamente, ao ser posto no sistema educacional, historicamente excludente e elitista, pode passar por processos de exclusão que interferem na permanência em cursos superiores.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Aspectos do contexto histórico da expansão da educação superior.

O processo de expansão da educação superior no Brasil insere-se no contexto da sociedade capitalista neoliberal dos anos de 1990. O modelo econômico neoliberal emerge com mais ênfase, a partir do projeto mundial e da necessidade de amparar a economia em crise, gerada no pós-segunda Guerra Mundial, que coloca em foco o modelo de Estado do bem-estar social (*Welfare State*). Esse modelo econômico entra em crise ao pretender a proteção social, torna-se fragmentado, residual, rígido e atrasado no acompanhamento das demandas do mercado, no que diz respeito às evoluções tecnológicas e as transações econômicas internacionais, o que faz gerar a crise fiscal que se intensificava diante da incapacidade do fundo público de continuar a financiar a acumulação de capital, entre tantas outras coisas, (PAULA E CARDOSO, 2011). Assim, busca se reorganizar meio aos conflitos entre as forças produtivas da sociedade e as relações de produção existentes do capitalismo, como explicita Rocha (s/d, p. 169)

A dinâmica produtiva do capital, como falava Adam Smith e Marx, é uma produção em escala sempre ampliada. Por isso, o sistema capitalista não poderia manter-se como um modelo produtivo reduzido aos limites das fronteiras nacionais. O imperativo capitalista de produzir sempre mais implica a busca de novos mercados, fora dos limites nacionais.

A reestruturação capitalista torna-se um fenômeno do cenário mundial e globalizado, a partir da ideia que a estrutura capitalista necessita, para sua sustentação, uma dinamicidade multidimensional, conectada às diversificadas das esferas que compõe o nacional e internacional ou o global e o local (SANTOS, 2010). A ampliação da economia globalizada mundializou as estruturas do capital financeiro por meio de organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em que um dos principais focos estratégicos foi à educação, em especial, a educação superior, como veículo de inovação para a formação qualificada da mão-de-obra para o mercado de trabalho, ou seja, sujeitos preparados para alavancar a economia do país, e não somente voltada para formação humana e crítica. O fenômeno da globalização como uma ação que transcende as fronteiras da nação a partir da comunicação, e principalmente, a abertura de mercados passa a gerar novas necessidades de formação e profissionalização exigidas pelas ressignificações da relação trabalho e produção.

O sistema capitalista ao fixar o modelo econômico neoliberal intensifica as ações na valorização do setor privado, mercadorização dos serviços públicos e redução da oferta de bens e serviços pelo Estado e adota a lógica da flexibilização da relação estado e sociedade. Nesse contexto, o projeto político neoliberal de economia exigiu reformas, tanto do Estado como das instituições sociais, dentre elas as educacionais. A reforma do estado brasileiro², iniciada no Governo Collor (1990 – 1992) processa-se sob a referência do modelo econômico-político, traçado, no Consenso de Washington que definiu uma série de medidas pautadas na desregulamentação dos mercados; na abertura comercial e financeira; na privatização do setor público; na proclamação da superioridade do setor privado e no ajuste fiscal que redefini as funções da esfera pública e privada. Tais medidas se traduzem na redução do tamanho do Estado a partir da eliminação dos direitos sociais e trabalhistas, outrora conquistados pelas organizações civis, sociais e políticas, a favor dos mercados livres e da economia globalizada,

em que as ações do Governo coadunam para a consecução de privatizações e de retenção de investimentos para a área da educação, em especial a superior³.

A década de 1990, no Brasil, pode ser considerada o marco da expansão da educação superior, o contexto histórico destas formulações são as políticas neoliberais⁴, caracterizadas como um projeto de ajuste do capitalismo que passa a intervir na relação público/privado, e em especial, nas políticas educacionais inseridas no desenvolvimento da ciência e das tecnologias e da reforma do estado brasileiro que torna-se mais avaliador do que provedor.

2.2. Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil

O projeto neoliberal se firma no Estado brasileiro, coadunado com a reforma do Estado, tendo as primeiras iniciativas no Governo Fernando Collor Mello – (1990-1992) firmando-se no Governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995- 2001), e tendo continuidade no Governo de Luís Inácio Lula da Silva - LULA (2002-2010). A reforma do Estado foi o marco para as mudanças de concepção acerca dos bens e serviços ao possibilitar a reorganização das esferas sociais, culturais, educacionais, econômicas e políticas. No que tange as políticas educacionais, precisamente na educação superior, segundo Cunha (2003) chama atenção para o Governo de FHC, no que tange e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), considerada uma das principais políticas interventoras no âmbito educacional, com intuito de potencializar o desenvolvimento econômico, articulado à nova configuração educacional.

É no conjunto da expansão do sistema de ensino superior, da institucionalidade da LDB que se incrementa privilégios ao setor privado e se mantém a exclusão de sujeitos sem maiores condições sociais e econômica de ingresso à essa modalidade de ensino. A LDB, como diretriz que norteia a esfera educacional pontua mudanças no processo de estruturação da educação superior, ao estabelecer princípios organizacionais tais como: a *flexibilidade*, atrelada a ampliação do mercado educacional, na legalização de variadas instituições da educação superior; a *avaliação* emergindo para atender ao controle de qualidade, com intuito de gerar uma acentuada *competitividade*, que se processa entre cursos, instituições e grupos sociais, em atendimento as regulações correspondentes ao projeto neoliberal.

A Lei LDB ao garantir o processo de expansão e diversificação institucional, conforme indica o art. 45º “a educação superior será ministrada por instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”. E, no Decreto Lei nº 3.860, de 09/Julho/2001, no art. 7º que estabelece a organização para as Instituições de Ensino Superior (IES): Universidades; Centros Universitários e Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos ou Escolas Superiores e art. 8º em consonância com os artigos 52º, 53º e 54º da LDB em que define as atividades de ensino, pesquisa e extensão destinadas às universidades, diferenciando-as das IES que se dedicam especialmente ao ensino e eventualmente à extensão, cria um sistema dual como assinala Jezine e Prestes (2011), com universidades de excelência, em sua maioria pública, responsáveis pela pesquisa e produção do conhecimento destinadas a alguns poucos privilegiados, e uma vasta rede de ensino superior privada acrescida de algumas instituições de ensino superior públicas, para o atendimento de outras demandas em consonância ao modelo pragmático e mercantilista.

3

O Estado minimiza suas funções também para outras áreas, mas em face do objeto deste estudo a análise toma como foco a Educação Superior.

4

Gentili (1996, p. 10) considera o neoliberalismo como um projeto hegemônico do capitalismo que se expressa como estratégias políticas, econômicas e jurídicas frente a crise capitalista que se manifesta nos anos 1970 e um projeto de reforma ideológica para a difusão de um novo senso comum que legitima as propostas de reforma do bloco dominante.

A diferenciação institucional que possibilitou a expansão do sistema apoia-se nos processos avaliativos instituído com a Lei nº. 9.113/95 que criou o Conselho Nacional de Educação e o Exame Nacional de Cursos – PROVÃO e a Lei nº 10.861 de 14/04/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Para a execução destas políticas, o Estado torna-se gestor e avaliador (JEZINE e SERRANO, 2012), pois fixa os parâmetros da qualidade em um processo de articulação política, utilizando os resultados da avaliação para sanção ou premiação, sob a lógica da competitividade de mercado. Esses instrumentos legais dotam as políticas de educação superior de indicadores classificatórios, em que os *rankings* nacionais entre instituições e cursos são estabelecidos a partir do desempenho dos alunos em exames nacionais.

Considerando as mudanças instituídas nas relações econômicas globalizadas o Governo do Presidente FHC mantém-se fiel à aceitação dos princípios do projeto econômico e político do neoliberalismo, ao favorecer a mercadorização dos serviços públicos, privatização dos serviços do Estado e minimização da responsabilidade social do Estado, ao mesmo tempo que nega os direitos sociais como a educação, com intuito de gerar um grande mercado educacional. O favorecimento do setor privado a partir da reforma educacional busca de potencializar a economia do país, por meio da educação. Assim, sob a lógica da dinamização da oferta de vagas e favorecimento do setor privado o Governo FHC dinamiza o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) que passa a financiar o curso de estudantes que possam comprovar baixa renda e queira frequentar cursos em instituições do setor privado.

O Governo de LULA, após uma gestão de grandes privatizações de empresas estatais e sucateamento das universidades públicas buscar coadunar uma política que possa alinha as demandas sociais dos movimentos sociais e as exigências dos organismos internacionais de financiamento. Todavia, a ótica das políticas privatistas na educação superior passa a ter continuidade na em que se destaca três estratégias interligadas de ações para educação superior, quais sejam: as políticas de expansão; ampliação e democratização do acesso e as ações afirmativas.

As políticas de expansão nas universidades públicas, o governo LULA procedeu políticas em duas etapas, quais sejam: o Programa de “Expansão com Interiorização” (2003 - 2006) com intuito de possibilitar a expansão da educação superior por meio do fortalecimento de campi no interior dos estados brasileiros; e o REUNI criado através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril em 2007, com a durabilidade até o ano de 2012, com três dimensões, estrutura física, acadêmica e pedagógica (MEC, 2010). O Reuni, ao objetivar a continuidade ao projeto anterior, enfoca o aumento da taxa de ingresso e da relação Professor-aluno, bem como pretende a diminuição da evasão na educação superior. A partir da ampliação da oferta de vagas no sistema federal o governo busca minimizar a distância entre os dois setores público e privado, e promover processos de democratização do acesso. Todavia, a expansão da oferta de vagas continua a dar-se no setor privado a partir das ações privatista de fundo público para o setor privada com a continuidade do FIES. Na mesma perspectiva cria o Programa Universidade para Todos (PROUNI) pela Lei nº 11.096 em 13 de janeiro de 2005, que oferece bolsas de estudos, em cursos de graduação nas instituições privadas aos estudantes de baixa renda.

A democratização do acesso à educação superior, no Governo LULA é entendida como a possibilidade de concorrência igual para todos. Sob essa lógica, institui o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) como um sistema de seleção para todas as instituições públicas de ensino, que passam a constituir um banco de vagas e os interessados podem candidatar-se a qualquer vaga, de qualquer instituição pública do país, por meio das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁵. O SiSU ao se constitui em um sistema de concorrência nacional, passa também a gerar desafios para a permanência e evasão, o que já vem sendo constatado a partir das inúmeras chamadas dos aprovados para a matrícula, sendo a instituição que mais oferece vagas no Estado⁶.

5

O ENEM foi criada em novembro de 2009, porém, concretizada no 1 semestre de 2010, posteriormente regulamentada através da Portaria Normativa de nº 21, de 05 de novembro de 2012.

6

Ver. Instituições públicas da Paraíba vão disponibilizar 16,6 mil vagas pelo SisU. Disponível em:

As ações afirmativas, constituem-se políticas de inclusão no conjunto do processo de expansão e acesso de vagas. O governo instituiu integrado à concepção da democratização do acesso as ações afirmativas pela Lei de nº 12.711/2012, em que a proposta objetiva que cada universidade federal vinculada ao Ministério de Educação (MEC) deverá reservar através do processo seletivo, vagas para estudantes que cursou, integralmente, o ensino básico em escolas públicas e que tenha renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimos e/ou se autodeclare pardo, negro ou indígena.

Neste sentido, as políticas públicas de atendimento as demandas sociais do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), continuadas no Governo Lula da Silva (2003 – 2010) são geradas a partir da demanda de acesso à educação superior e necessidades de qualificação rápida para o mercado, adotando dois caminhos: a) a expansão das instituições privadas via liberalização dos serviços educacionais, isenção tributária e previdenciária das instituições filantrópicas, do salário educação e bolsa de estudo para alunos carentes através do Programa de Financiamento Estudantil (FIES); empréstimos a juros baixos pelo Banco de Desenvolvimento Econômico-Social (BNDES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI); b) privatização das instituições públicas por meios de mecanismos privatistas como as fundações de direito privado, cobranças de taxas e mensalidades dos cursos de pós-graduação, corte de verbas para a infraestrutura e cobranças pelas prestações de serviços dentre outros. Das orientações fundamentais que marcaram a política dos dois governos (CHAVES, 2010; OTRANTO, 2006; CARVALHO, 2011), é possível inferir que o modelo democrático do país, a mobilização social e a própria avaliação do sistema público não permitiram a privatização do Sistema Federal de Ensino Superior, embora, não tenha conseguido frear a expansão do setor privado, como se pode observar na tabela abaixo.

Tabela 01 – Evolução das matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais por Organização Acadêmica e Localização (capital e interior), de 1999 a 2010.

Ano	Brasil		Nordeste		Paraíba	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
1999	832.022	1.537.923	243.062	114.773	32.517	7.200
2000	887.026	1.807.219	271.795	141.914	33.486	9.150
2001	939.225	2.091.529	285.646	174.669	30.822	11.124
2002	1.051.655	2.428.258	316.645	225.764	33.618	13.882
2003	1.136.370	2.750.652	339.536	285.156	36.240	16.418
2004	1.178.328	2.985.405	345.508	334.521	36.044	16.589
2005	1.192.189	3.260.967	352.757	385.505	37.816	19.799
2006	1.209.304	3.467.342	356.278	439.862	38.788	23.480
2007	1.240.968	3.639.413	367.735	485.584	42.763	26.916
2008	1.273.965	3.806.091	383.539	529.154	45.282	30.733
2009	1.351.168	3.764.728	409.393	556.109	44.834	32.995
2010	1.461.696	3.987.424	438.090	614.071	53.036	35.870
Total crescimento %	75,6%	159,2%	80,2%	435,0%	63,1%	398,1%

Fonte: BRASIL. INEP. Sinopses Estatística do Censo da Educação Superior: 1999 a 2010. Brasília: Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso 20 fev. 2014

A tabela possibilita observar que no Brasil o aumento das matrículas no ano de 1999 até 2010, considerando os Governos FHC e LULA, o crescimento do setor público foi de 75,6%, enquanto no setor privado de 159,2%, no Brasil. Na região Nordeste o crescimento das matrículas considerando os dois governos, foi 80,2%, nas instituições públicas, no setor privado o crescimento foi de 435,0%, de

onde se pode constatar o maior crescimento no setor privado no governo Lula. No Estado da Paraíba, o crescimento das matrículas nas instituições públicas foi 63,1%, já no setor privado consta 398,1%, evidenciando o aumento das matrículas no setor privados. Todavia, ao se comparar os números, o setor público é o maior detentor de matrículas em que pese o crescimento do setor privado.

A partir dos dados se observa a reafirmação da supremacia do setor privado sobre o público, acompanhando a lógica do projeto neoliberal, no que diz respeito mercantilização da educação superior. Todavia, no contexto da expansão políticas compensatórias são efetivadas, como as chamadas políticas afirmativas de reserva de vagas, o que vem oportunizando o ingresso de mais pessoas na educação superior e diferentes sujeitos, exigindo que as instituições públicas de ensino superior possam ter um olhar diferenciado para o fato. Nesse sentido, questiona-se: como os ingressos, que apresentam vulnerabilidade social (baixa renda, pais com baixa escolaridade, negros, pardos e indígenas), historicamente excluídos dessa modalidade de ensino estão na universidade, considerada uns instituições elitistas pela sua origem? As instituições vêm fomentando políticas que possam garantir a permanência desses sujeitos na instituição?

E nesse sentido, que se busca reconhecer quais políticas estão sendo implementadas na UFPB para a permanência de sujeitos em situação de vulnerabilidade, considerando os dados da pesquisa acerca do perfil socioeconômico dos ingressos na UFPB (CNPq/PIBIC/UFPB), que aponta que: o aumento de estudantes autodeclarados pretos e/ou pardos; a maioria das vagas da UFPB no período de 2008 a 2012 são ocupadas por estudantes oriundos de escola pública; e, há um aumento de estudantes de famílias com renda familiar de menos de 2 salários mínimos (CASTELO BRANCO e JEZINE, 2013, p. 75). Para tanto, o relatório da presente pesquisa, objetiva reconhecer o perfil dos ingressos, considerando a nova modalidade de acesso o SiSU, bem como as políticas implementadas na UFPB no campo acadêmico e assistencialista que possam gerar permanência de sujeitos em situação de vulnerabilidade.

3.RESULTADOS DA PESQUISA

3.1. As Políticas de Educação Superior e a UFPB.

As modificações significativas na Universidade Federal da Paraíba foram implementadas na década de 2000, no Governo LULA, momento em que inicia-se a primeira fase do processo de expansão na educação superior intitulado “Expansão de Interiorização” que possibilitou a abertura do *Campus IV*, localizado no Litoral Norte do estado da Paraíba, com o funcionamento nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, ao qual totaliza-se quatro *campus* com os demais situados em João Pessoa (*campus I*), Areia (*campus II*), Bananeiras (*campus III*), após o desmembramento da instituição em 2002, que dar origem a Universidade Federal de Campina Grande.

Em 2007, a UFPB adere ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007⁷. Os impactos foram na estrutura ao qual atingiu mudanças físicas em toda Universidade Federal da Paraíba. As mudanças ocorreram na infraestrutura, nas dimensões acadêmica e pedagógico, sendo as mesmas visíveis, tendo reflexo direto no aumento do número de alunos na UFPB, com repercussões, de modo que o site do Mec⁸ noticiou que adesão ao Reuni, fez com que a UFPB superasse as metas estabelecidas.

7

BRASIL. DECRETO nº n°. 6.096, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 02 set. 2009.

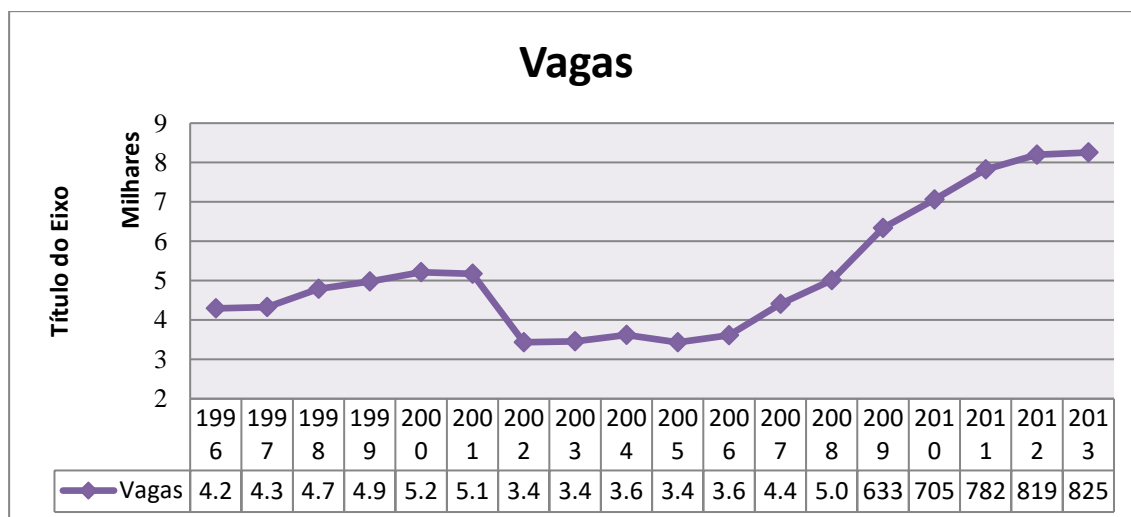
8

MEC. UFPB Supera Metas de Infra-Estrutura no Reuni. Disponível: <
<http://reuni.mec.gov.br/noticias/37-noticia-destaque/737-ufpb-supera-metas-de-infra-estrutura-no-reuni>>
acessado no dia 15/08/2015.

A reestruturação física e a expansão do número de cursos e vagas, aumentando em até 90% a taxa de graduação presencial até 2012. Foi com este objetivo que o Governo Federal, através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Dois anos após aderir ao programa, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) já pode contabilizar os resultados alcançados até o final de 2010. São obras realizadas em todos os campi da UFPB, exceto o Campus de Rio Tinto/Mamanguape, que conta com programa específico do Ministério da Educação. A previsão inicial de investimento até 2010 é de R\$ 132 milhões. Este montante deve ser aplicado nas áreas de infraestrutura, acadêmica e pessoal. Deste total, R\$ 67,8 milhões serão investidos em infraestrutura (obras e reformas e aquisição de equipamentos, materiais permanentes e outros). De acordo com a coordenadora de Infra-Estrutura do Reuni na UFPB, Cristina Taigy, todas as obras previstas no projeto inicial já estão devidamente licitadas, o que equivale a 41 mil m² de área construída. O investimento superou a casa dos R\$ 26 milhões. “Licítamos mais do que o previsto no projeto original, tanto em área como no valor do orçamento do projeto”, afirmou (MEC, 2010).

As políticas de expansão de vagas favoreceram o desenvolvimento da instituição no sentido incluir novos cursos nas suas áreas de ensino. Essa medida resultou no aumento do número de cursos de graduação no período de 1996 a 2013, passando de 66 para 124 respectivamente. E, um correspondente aumento do número de cursos de graduação, pois as matrículas passam de 17.753 em 1996 para 27.213 em 2013, conforme aponto o Relatório de Pesquisa **Políticas de expansão, acesso e permanência (1996 – 2012)**⁹. No gráfico abaixo é possível perceber o crescimento da oferta de vagas na instituição.

Gráfico 1 – Números de vagas ofertadas na UFPB no período de 1996 a 2013



Fonte: MEC, Censo da Educação Superior, 2013.

Os dados apresentados, no gráfico referem-se ao Processo Seletivo Seriado (PSS) e ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) que ocorrem na UFPB. Este último foi implantado a partir da Resolução nº 44/2010, como uma “[...] substituição gradual dos Processos Seletivos para ingresso nos cursos presenciais de graduação da Universidade Federal da Paraíba pelo, gerido pelo MEC [...]”, com

a destinação de 10% das vagas em 2011; 20% em 2012; 40% em 2013 e 100% em 2014, quando ocorreria a extinção do PSS, realizado e aplicado pela UFPB.

No texto intitulado **Alguns indicadores de permanência/abandono na educação superior: elementos para o debate** (CASTELO BRANCO, JEZINE e NAKAMURA, 2015), resultante, também, dessa pesquisa e apresentado no XXIII Encontro da Rede Universitas/Br¹⁰, os autores indicam alguns dados que merecem destaque: o crescimento no número de vagas ofertadas pós-REUNI (2008-2012), sobretudo nos anos de 2009 em diante quando a expansão da UFPB inicia seu crescimento desenfreado; aumento do número de candidatos inscritos e da conseqüente relação candidato/vaga, porém com a ocorrência de um fenômeno que extrapola o que pode se considerar um crescimento dentro do padrão esperado. Os anos de 2012 e 2013 apresentam índices de crescimento completamente discrepantes em relação aos anos anteriores, com a relação candidato/vaga saindo de 7,2 (em 2011), para 14,1 e 13,3, respectivamente em 2012 e 2013, anos de implantação do SISU, o que é completamente esperado em um sistema de concorrência nacional. A quase totalidade dos alunos da UFPB ingressaram por processo seletivo, sendo uma minoria oriunda de transferência voluntária, ingresso de graduados e outros mecanismos de ingresso. O ano de 2011 teve como destaque um número expressivo de ingresso por outra forma (821 alunos), fruto de editais de ingresso de graduados para atender às metas acadêmicas do Projeto REUNI.

Tabela 2 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos, Relação Candidatos Inscritos/Vagas Oferecidas e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos, nos Cursos de Graduação Presenciais, 1996-2013¹¹

ANO	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Relação Candidatos Inscritos/Vaga	Ingressos		
				Total	Processo Seletivo	Outras Formas
1996	4.293	18.177	4,2	3.989	3.708	281
1997	4.325	20.249	4,7	4.993	3.993	1.000
1998	4.788	27.836	5,8	5.463	4.916	547
1999	4.977	31.647	6,4	7.126	4.907	2.219
2000	5.217	36.209	6,9	5.783	5.127	656
2001	5.172	35.685	6,9	5.515	5.206	309
2002	3.434	29.161	8,5	3.754	3.346	408
2003	3.457	30.048	8,7	3.618	3.289	329
2004	3.617	27.002	7,5	4.665	3.569	1.096
2005	3.436	26.268	7,6	4.004	3.379	625
2006	3.612	32.308	8,9	3.936	3.599	337
2007	4.407	24.789	5,6	4.938	4.445	493
2008	5.007	33.427	6,7	5.597	4.912	685
2009	6.335	36.573	5,8	7.055	6.827	228
2010	7.055	33.440	4,7	8.078	7.797	281
2011	7.826	56.348	7,2	8.469	7.648	821
2012	8.199	115.418	14,1	8.433	8.223	210
2013	8.255	109.755	13,3	7.768	7.517	251

Fonte: BRASIL, Censo da Educação Superior. Microdados. MEC/INEP, 2012.
UFPB, Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), 2013.

10

Anais do XXIII Seminário Nacional da Rede UNIVERSITAS/Br. Políticas de educação superior no Brasil: a expansão privado-mercantil em questão. Universidade Federal do Pará, 2015. Disponível em: http://www.belemvirtual.com.br/seminarioUniversitas/Anais_Rede_Universitas_21_05.pdf. Acesso em: 30/08/2015.

11

Idem

Como se pode observar a partir dos dados da tabela 2 há uma maior procura por vagas para a instituição nos anos de implantação do SiSU, praticamente o dobro da concorrência, nos processos seletivos realizados pela instituição, aumentando assim a relação candidatos inscritos/vaga. Todavia, a instituição pelo seu compromisso regional e inserção social passa a ter outras formas de acesso, além das políticas de acesso que são instituídas pelo governo federal como o SiSU, obrigatórias para todas as universidades, encontram-se políticas de acesso destinadas a grupos sociais, conforme o quadro abaixo.

Quadro 01 – Políticas de acesso a cursos de graduação - UFPB¹²

¹³Políticas de acesso (UFPB)	Objetivos	Legislação
Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV)	O MIRV, na UFPB, surge com o objetivo de atender os estudantes oriundos do ensino público, que tenham cursado ao menos três séries do ensino fundamental nessas instituições. Considerando, dentro desse percentual de vagas, os estudantes negros (pretos e pardos) e índios, de acordo com a auto declaração no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, feito no ano de 2000, além disso, é destinado dentro desse percentual, uma porcentagem para pessoas com deficiências ¹⁴ .	Resolução n° 09/2010 pelo Conselho Superior de Pesquisa e Extensão (CONSEPE).
Programa Estudante Convênio-Movimentos Sociais do Campo (PEC/MS)	Possibilita o acesso de estudantes pertencentes aos Movimentos Sociais do Campo a cursos de graduação através do Programa Convênio PEC/MS ¹⁵ .	Resolução n° 25/2004 do Conselho Superior de Pesquisa e Extensão (CONSEPE).
Programa de Estudantes- Convênio de Graduação (PEC-G)	O PEC-G é uma política dedicada ao acesso de estudantes estrangeiros aos cursos de	Resolução n° 15 de 12 de Julho de 1990 pelo Conselho Superior de

12

JEZINE, Edineide; FELINTO, Jislayne. Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência de alunos com histórico de exclusão no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba no período pós-LDB. **Relatório de Pesquisa PIBIC/UFPB**, 2014.

¹³ Quadro retirado do relatório PIBIC: Jezine, Felinto. **Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência de alunos com histórico de exclusão no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba no período pós-LDB**. 2014

¹⁴Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep09_2010.pdf> Acesso em: 15/08/2014

¹⁵Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 21 de junho de 2004. Dispõe da **Resolução N° 25 /2004**, normas para o ingresso de educadores, pertencentes aos Movimentos Sociais do Campo, nos Cursos de Graduação, Habilitação Licenciatura, Programa Estudante Convênio – Movimentos Sociais do Campo (PEC-MS) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2004/Rsep252004.htm>> Acesso: 20/08/2014.

	<p>graduação da UFPB, que tem parceria com o Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Educação. Com mais de 6.000 selecionados o programa tem possibilitado acesso de estudantes, principalmente dos países da África, com destaque para: Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola¹⁶.</p>	<p>Pesquisa e Extensão (CONSEPE).</p>
--	---	---------------------------------------

A política de expansão ao oportunizar maior acesso, quando coadunada à política de democratização do acesso sob a perspectiva da inclusão social no ensino superior, possibilita o acesso de sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade, os denominados: negros, índios, portadores de deficiência, mulheres, população de baixa renda, população do campo, dentre outros, vem mudando o perfil dos sujeitos ingressos. Nesses termos, ao considerar as políticas de expansão do acesso e as políticas afirmativas, é possível afirmar que estas vem possibilitando o maior ingresso de sujeitos menos favorecidos economicamente, conforme comprovou a pesquisa financiada pelo CNPq. Edital Universal 14/2011¹⁷. Assim, tendo como parâmetro esses dados, questiona-se qual o perfil socioeconômico dos ingressos na UFPB, antes e depois do SiSU?

3.1. Perfil social, econômico e educacional dos ingressantes na UFPB – PSS e SiSu

Com objetivo de estender ao debate acerca do perfil socioeconômico dos ingressos em cursos superiores da UFPB parte-se do perfil socioeconômico tração dos ingressos pelo PSS no período de 2008-2012, já realizado na pesquisa **Inclusão, equidade e excelência acadêmica nas políticas de educação: o acesso à Educação Superior no contexto da globalização** (CNPq/UFPB) e busca-se a continuidade considerando os ingressos pelo SiSU em que se busca perceber as diferenças no perfil dos alunos ingressos na instituição.

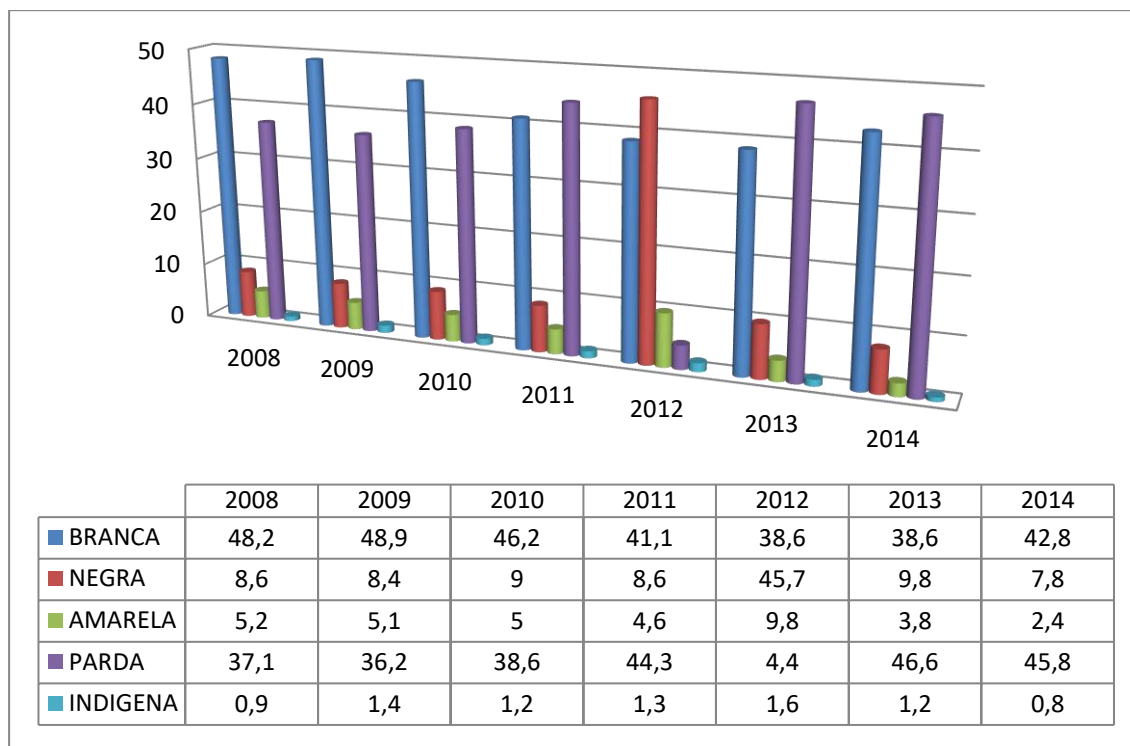
Para tanto os dados selecionados refere-se ao questionário socioeconômico preenchido pelos os candidatos ao se inscreverem em processo seletivo, quer seja, PSS/ENEM/COPERVE/UFPB no ato da inscrição, no período de 2008/2012 e pelo SiSu, nos anos de 2013-2014. As variáveis que constituem a caracterização do perfil socioeconômico são: cor/raça; instrução mãe e instrução pai; renda familiar; por fim, sexo, conforme segue os gráficos:

Gráfico 2 – Números de ingressos autodeclarados pardo ou negro – 2008 a 2014

¹⁶ Disponível em: <<http://www.ufpb.br/prape/?q=node/22>> Acesso: 15/08/2014.

17

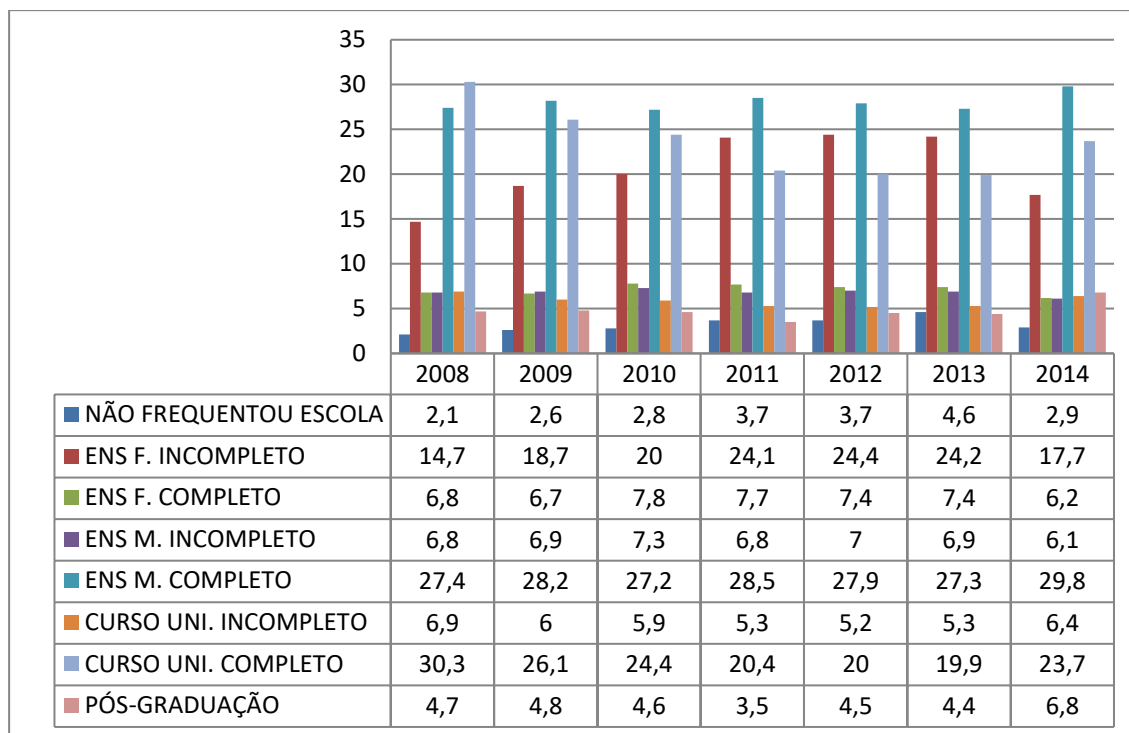
JEZINE, Edineide (Coord.). Inclusão, equidade e excelência acadêmica nas políticas de educação: o acesso à Educação Superior no contexto da globalização. **Relatório de Pesquisa CNPq** 2013.



Fonte: Gráfico construído a partir dos dados fornecidos pela COPERVE - 2008 a 2014

As políticas de cotas na UFPB iniciam-se no ano de 2010 com a Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV), instituída pela Resolução CONSEPE nº 09/2010, implantada no Processos Seletivos de 2011, com 25% das vagas de todos os cursos destinadas a alunos de escolas públicas, sendo distribuídas entre negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência (5%). Nos anos seguintes (2012, 2013 e 2014), a resolução previa um aumento para 30%, 35% e 40%, respectivamente, mas, com a Lei nº 12.711/2012 fixou em 50% para todo o território nacional, a partir dos processos seletivos de 2013. De modo que no Gráfico 2 se verifica um aumento da cor parda entre os anos de 2011 a 2014, com queda em 2014, em que se instala o SiSU e 50% de cota social, aumentando o percentual de cor Branca dos ingressos nesse mesmo ano, atribui-se ao fato a concorrência das vagas a nível nacional.

Gráfico 03 – Números de ingressos que declaram a escolaridade da mãe – 2008 a 2014

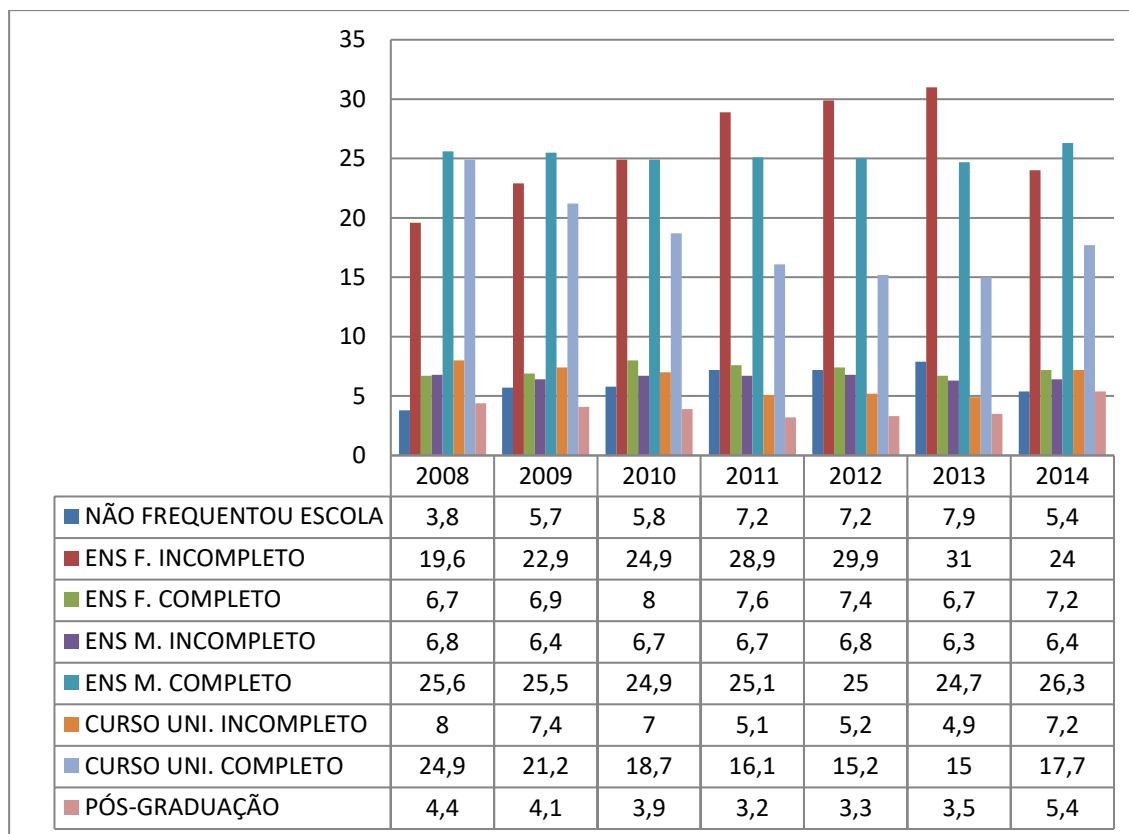


Fonte: Gráfico construído a partir dos dados fornecidos pela COPERVE - 2008 a 2014

A categoria escolaridade dos pais se configura como um indicador que possibilita inferir acerca do capital cultural e social que os ingressos possam ter, ao se associar esse indicador a variável renda é possível reconhecer sujeitos em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, os anos em que a MIRV foi implantada observa-se um aumento do número de ingressos com mãe que tenham o ensino fundamental incompleto. Todavia no ano de 2014, esse número baixa se aproximando dos números antes da implantação da MIRV na UFPB.

O mesmo fato, também é observado com relação a escolaridade do pai, em que a maioria se concentra entre ensino fundamental incompleto e ensino médio completo. Aumento a escolaridade dos pais dos ingressos no ano de 2014 para o ensino médio completo e curso universitário completo.

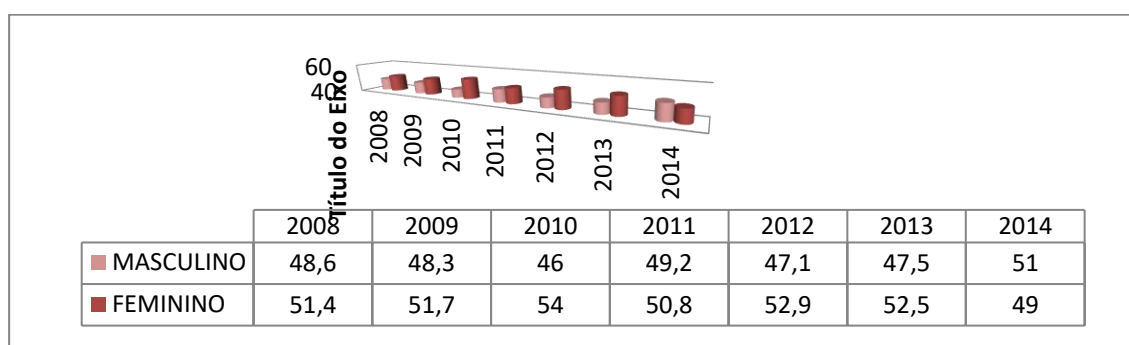
Gráfico 04 – Números de ingressos que declaram a escolaridade do pai – 2008 a 2014



Fonte: Gráfico construído a partir dos dados fornecidos pela COPERVE - 2008 a 2014

O gráfico 05 trata da classificação dos ingressantes segundo a variável sexo, em que se pode observar a maioria dos ingressantes do sexo feminino, registrando-se maior diferença no ano de 2010.

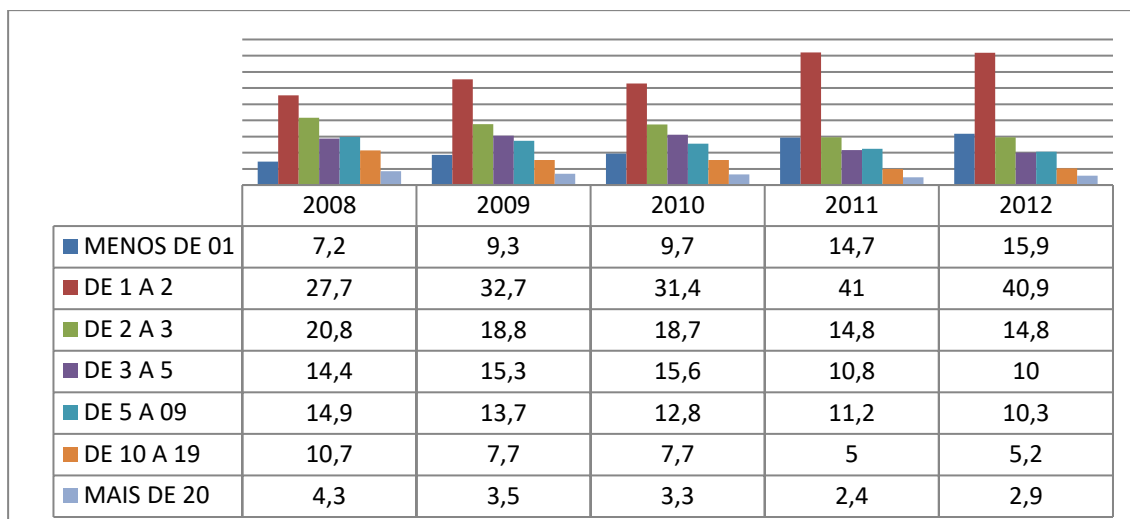
Gráfico 05 – Números de ingressos por sexo – 2008 a 2014



Fonte: Gráfico construído a partir dos dados fornecidos pela COPERVE - 2008 a 2014

A análise de Castelo Branco e Jezine (2013, p. 76) indicam que o ingresso na UFPB, apresenta a mesma proporcionalidade verificada na população, em que as mulheres são maioria. “Ou seja, na Paraíba, com uma população de 3.836 mil (IBGE, 2012, p. 44), a população de mulheres é de 2.019 mil e a de homens, 1.817 mil, sendo, respectivamente, 47,4% do sexo masculino e 52,6% do sexo feminino, o que se repete na entrada de estudantes na UFPB”.

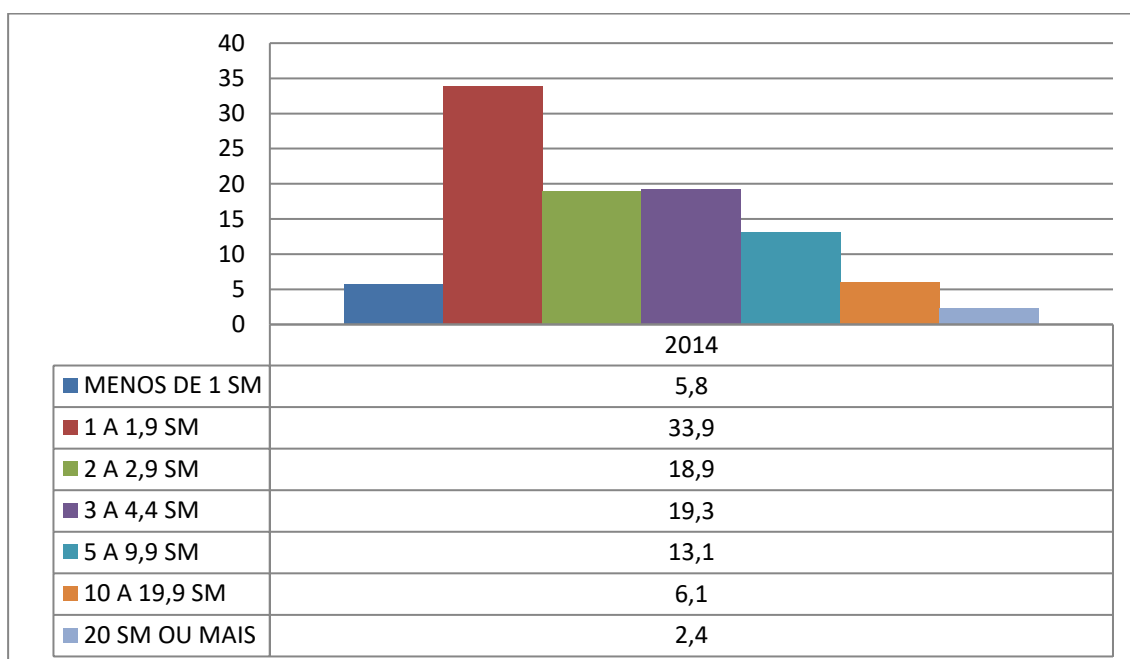
Gráfico 06 – Renda Familiar – 2008 a 2013



Fonte: Gráfico construído a partir dos dados fornecidos pela COPERVE - 2008 a 2013

O gráfico 06, consta dados referente aos ingressos pelo PSS considerando o ano de 2008 até 2012. Como a categoria “renda familiar” não estão compatíveis, Sisu e PSS, procuramos, para esse gráfico separa-los para melhor descrição. Observa-se que decorrente das políticas de ações afirmativas, o número de sujeitos com a renda familiar 1 a 2 salários mínimos encontra-se em maior proporção, mas com a entrada do Sisu, esse número vem diminuindo, no entanto, apresenta-se de forma expressiva ainda sujeitos menos favorecidos economicamente. O gráfico abaixo mostra o ano de 2014.

Gráfico 07 – Renda Familiar – 2014



Fonte: Gráfico construído a partir dos dados fornecidos pela COPERVE - 2008 a 2014

O fator relevante que encontra-se nesse gráfico, primeiro, porque efetiva-se o Sisu no ano de 2014, e cancela-se o PSS, outro fator importante, ao fazer relação com gráfico anterior, observa-se que na categoria em que consta de a 1 a 1,9 salário mínimo e 2 a 2,9 salário mínimo, apresenta-se uma diminuição do número de sujeitos menos favorecidos economicamente. Essas questões permite a novos questionamentos, principalmente na busca das respostas, dessas fatores em que vem a modificar

esse perfil. No entanto, ainda encontra-se grupos menos favorecidos economicamente, problematizando as questões que se insere na permanência destes, na instituição.

3.2. Políticas para a permanência de alunos que conseguem barrar as desigualdades sociais e terem acesso ao ensino superior;

Ao indentificar o ingresso de sujeitos menos favorecidos economicamente na UFPB, desperta o questionamento acerca das políticas que a instituição adota para enfrentar as barreiras geradas pelas desigualdades sociais, visando à permanência desses sujeitos na instituição, que já ingressam em situação de desigualdade social. Sguissardi (2014) explicita estas diferenças ao assinalar o desconpasso entre os privilegiados (burguesia) e os desprestigiado (proletários), sendo refletido no âmbito regional, gênero, cor/raça e educacional. No que se refere à área educacional, foi perceptível, a partir dos dados apresentados, o ingresso de sujeitos advindos da classe menos favorecidas na UFPB, ao qual, gera a problemática em questão, quais as políticas de permanência, implementadas, pela instituição a fim de enfrentar as desigualdades sociais no âmbito institucional, geradas pelo processo de expansão e democratização do acesso?

Nesse sentido, para além do acesso, é preciso refletir sobre o processo de permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade na instituição, uma problemática, ainda como pouca visibilidade no debate acadêmico no campo da educação superior. Considerando o levantamento dos trabalhos de teses, dissertações e artigos acadêmicos de pesquisadores da área em âmbito nacional é possível vislucrar dois caminhos, que retratam o debate da permanência: a) o estudo acerca da trajetória de vida, na área educacional, econômica, familiar, social, cultural do sujeito, tendo a família influência na permanência do sujeito na instituição; b) o contexto da conjuntura capitalista ao qual gera a desigualdade social, que reflete, impulsiona, interfere, na desigualdade educacional, tornando difícil a permanência de sujeitos em situação de vulnerabilidade no sistema de ensino. Para tanto, destaca-se a obra **Camadas Populares e Universidade Pública: trajetórias e experiências escolares** de Débora Cristina Piotto que trabalham questões intrínsecas ao debate da permanência a partir de trajetórias de vida, de sujeitos com histórico de exclusão social, em suas faces e interfaces. Outra obra é o **Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (E acesso À) Educação Superior no Brasil 2002 – 2012**, de Valdemar Sguissardi (2014) que busca abordar a temática da permanência a partir das questões externas ao sujeito, mas inerentes ao processo de desigualdade social gerado pela desigual distribuição de bens.

Ainda discorrendo acerca dos trabalhos levantados, com o objetivo de adentrar ao debate acerca do conceito de permanência na educação superior destaca-se o levantamento no Banco de Dados da Capes de teses e dissertações, considerando a categoria permanência. No quadro abaixo apresenta-se o quantitativo do levantamento, com destaque para o enfoque de discussão dos trabalhos.

Quadro 03 - levantamento de teses e dissertações na categoria permanência.

Enfoque de discussão	Quantitativo do levantamento das teses e dissertações
Permanência na educação superior, e sujeitos que encontra-se em situação de vulnerabilidade social, nessa modalidade de ensino.	13
Permanência de sujeitos com deficiência.	2
Permanência de sujeitos na educação básica	6
Permanência, mas discorre de fatores que não	7

se relaciona com a temática em questão.	
Total:	28

Fonte: Banco de Dados da C apes. Acesso: 18/08/ 2015

O quadro expressa que os trabalhos que possui no título alguma relação com a categoria permanência, são vinte e oito (28), destes vinte e oito, porém treze (13) retratam a permanência na educação superior e para sujeito que encontra-se em situação de vulnerabilidade social, nessa categoria de ensino; dois (2) fomenta a respeito da permanência de sujeitos com deficiência na educação superior; seis (6) a permanência de sujeitos na educação básica, e os demais, com 7 (sete) trabalhos, discorrem de outros fatores que não se relaciona com a temática abordada. Todavia, não se encontrou trabalhos que pudessem relacionar a permanência na educação superior às trajetórias familiares, ou mesmo aos fatores que favorecem as desigualdades sociais e podem gerar impulsos de superação.

Assim, na busca de elementos teóricos acerca da categoria permanência, utiliza-se Bourdieu, tendo em vista que sua teoria ajuda a contribuir para a compreensão do debate ao permite entender a permanência, a partir do processo contextual do indivíduo. Bourdieu, ao compor a Sociologia da Educação a partir relação entre a sociedade e educação, busca explicitar a complexidade subjetiva que compõe o indivíduo, que por meio de neurotransmissores, são apreendidos informações liberadas no ambiente externo, ativadas e reativadas, a partir de uma estimulação sensorial, nesse sentido, quando posto no campo social, incorpora-se uma cultura, *habitus* que se reproduzem, no que diz respeito o modo de vida desse campo social (BOURDIEU, 1998; 1996).

Bourdieu (1998) ao buscar a relação do indivíduo com o sistema educacional, percebe desconexões, entre o pobre, que se distingue do rico, a partir da observação feita nas relações sociais, identificando os *habitus*, ao qual percebeu a dominação de classe, na aquisição do poder incorporado que encontra-se no capital econômico, social e cultural. Nessa dominação incorporada da classe, visualiza-se a escola como um instrumento de poder, em que se reproduz os *habitus* da classe dominante, na constatação da reprodução de privilégios. A partir desse contexto a classe menos favorecida economicamente, luta, por meio de batalhas constantes, para romper barreiras, na tentativa de equilibra-se no âmbito educacional, na busca do poder.

Nesse enredo constata-se os conflitos de classes, tendo como objetivo, o sublime e desejado poder, destaca-se os jogos de interesses, centralizado no campo universitário. O que está em jogo, é o poder, que para obtê-lo, o sujeito necessita de recursos, para alavancar seu capital cultural, mas como adquirir, se há um descompasso financeiro entre o pobre e o rico?

E como alavancar financeiramente, se o próprio jogo não é favorável para os sujeitos que advém da classe menos favorecida? Nessa lógica, apresenta-se a o acesso a educação superior, no campo específico a Universidade Federal da Paraíba, como uma instituição que se relaciona com Estado-nacional, e que a partir do contexto que compõe o sistema capitalista unifica-se com Estado, compondo-se, também, como um dos aparelhos ideológico hegemônico, que tende a favorecer a classe economicamente privilegiada. Todavia, também, torna-se refém das forças contra-hegemônicas que teimam em penetrar, o acesso de sujeitos diferentes, de baixa, renda, negros e negras, advindos de escola pública e de família com baixa escolaridade apresenta um desafio a instituição, manter a inclusão gerada pela expansão do acesso ou gerar novos processos de exclusão?

É nesse sentido que a UFPB, ao buscar enfrentar os embates gerados pelas desigualdades sociais, que possuem reflexo no âmbito educacional, busca implementar programas assistenciais e acadêmicos, que em nosso entendimento podem gerar permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade. A questão para as próximas pesquisas é saber se estes sujeitos, com esse perfil se encontram inseridos em Programas Acadêmicos? E ou em Programas assistenciais?

Para tanto, destaca-se como resultado de trabalho, ao qual avançam nas discussões, apresentadas no relatório anterior, intitulado **Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência de alunos com histórico de exclusão no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba no período pós-LDB**, coordenado pela professora Edineide Jezine, ao qual realizou o levantamento dos programas acadêmicos na UFPB, no campo da pesquisa, ensino e

extensão e, em paralelo, programas de assistência estudantil, coordenado pela Pró- Reitoria de Assistência e Promoção do Estudante (PRAPE) e regido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, regulamentado 2007 pela Portaria Normativa MEC n. 39 de 12/12/2007.

Para esse relatório, destaca-se o quantitativo de alunos contemplados, e a situação destes nos programas acadêmicos de pesquisa. De acordo com Jezine, Farias e Felinto (2015) o campo da pesquisa contribui como a interseção entre o ensino/extensão, e envolve o aluno em ações de produção do conhecimento que podem potencializar a permanência e a chegada à conclusão. Destaca-se a priori que estes programas deliberam e comportam projetos, com a durabilidade de um ano e/ou mais, em diversificadas áreas de conhecimentos sob a regência de docentes, integram alunos que recebem bolsas de estudos no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), e/ou alunos voluntariados, pela pura necessidade de aumentar o capital cultural. No quadro abaixo, apresenta-se a descrição dos programas na área da pesquisa que a UFPB oferece e as respectivas resoluções que os regulamentam, para os graduandos de cursos presenciais presenciais.

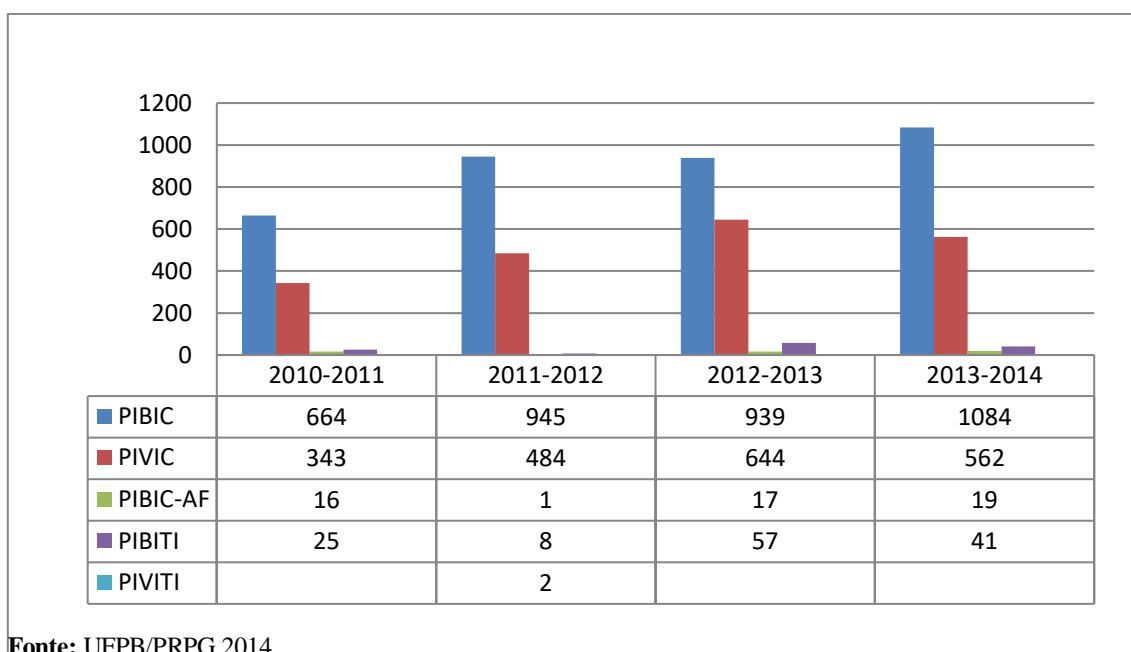
QUADRO 04: DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS QUE REGE OS PROGRAMAS DO CAMPO DA PESQUISA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA¹⁸.

PROGRAMAS		
PROGRAMAS	OBJETIVOS	RESOLUÇÃO
Programa Institucional de bolsas de Iniciação Científica - PIBIC	O programa tem como objetivo proporcionar a integralidade de estudantes regulamente matriculado na UFPB, no acesso ao conhecimento científico e a cultura.	Resolução Normativa 17/2006 CNPq e Resolução CONSEPE/UFPB nº 17/2007
Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica - PIVIC	O programa busca atender ao mesmo objetivo do PIBIC, porém, não oferece bolsas de estudo.	
Programa Institucional de bolsa de Iniciação Científica – Ações Afirmativas - PIBIC – AF	Tem como objetivo despertar o interesse pelo estudo da ciência e incentivar os talentos potenciais para a pesquisa entre os estudantes de graduação que ingressam na UFPB por uma ação afirmativa em todas as áreas do conhecimento, através da participação em projetos de pesquisas o orientação de professores da UFPB.	
Programa Institucional de bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação- ¹⁹ PIBITI	O programa tem como objetivo estimular os jovens ingressos na educação superior, no que diz respeito às atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação.	
Programa Institucional de	O programa busca atender ao mesmo objetivo do IBITI, porém, não oferece bolsas de	

Voluntários de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação- PIVITI	estudo.	
Programa Jovens Talentos para a Ciência CAPES:	O objetivo principal é a preparação de estudantes para participarem do programa institucional de bolsas de iniciação a docência (PIBID) DA capes, Ciência sem Fronteiras (CSF) ou Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ)	
Ciência sem Fronteiras	O programa tem como objetivo promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio de intercambio e da mobilidade internacional.	

O quadro explicita os objetivos dos programas acadêmicos de pesquisa na UFPB e as respectivas resoluções, se complementa ao gráfico a seguir, que apresenta o quantitativo dos alunos contemplados com bolsas e/ou voluntariado, exceto “Jovens Talentos” e “Ciências sem Fronteiras”.

GRÁFICO 08: QUANTITATIVO DOS ALUNOS CONTEMPLADOS



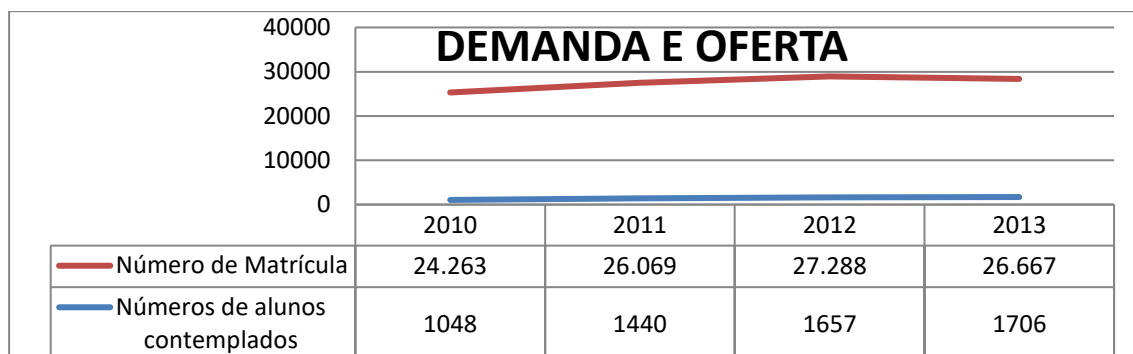
A partir do gráfico apresentado, percebe-se algumas informações que merece destaques, que são:

- A quantidade de alunos contemplados em maior proporção, pelo PIBIC e PIVIC.
- A quantidade de alunos contemplados pelo PIBIC-AF, expressando a falta de investimento da universidade nesse campo da pesquisa para alunos em vulnerabilidade social, visto que estes

- alunos, intensifica-se o seu número na universidade, a partir de políticas de inclusão social.
- Por último, o crescimento de alunos contemplados, entre 2010 a 2013, com pequenas oscilações, no período 2011-2012.

Todavia, considerando os resultados que foram constatados no decorrer desse texto, questiona-se a UFPB, acerca dos investimentos para esse público, visto que o crescimento que a universidade obteve, a partir do processo de expansão? No gráfico a seguir, mostra um fato curioso.

GRÁFICO 09: NÚMERO DE MATRÍCULA E O QUANTITATIVO DOS ALUNOS CONTEMPLADOS NOS PROGRAMAS ACADÊMICOS DE PESQUISA



Fonte: RASIL. INEP. Sinopses Estatística do Censo da Educação Superior: 2010 a 2013 e UFPB/PRPG 2014

No gráfico abaixo é possível se perceber as disparidades entre a demanda, que encontra-se no número de matrículas e o número de alunos contemplados com bolsa de pesquisa, com a somatória de todos os programas que a UFPB adota na área da pesquisa, exceto “Jovens Talentos” e “Ciências sem Fronteiras”. A partir dos estudos realizados por Jezine, Farias e Felinto (2015) acerca da importância desses programas para os alunos, fruto dessa pesquisa, questiona-se, se estes podem vir a gerar permanência? Nesse sentido, o quadro abaixo apresenta dados importantes, acerca dos alunos contemplados e a permanência nos programas acadêmicos, indicado a partir da conclusão do projeto.

Tabela 04 - Números de alunos contemplados em programas de pesquisa e a respectiva conclusão

Ano	Programas/ número de alunos contemplados – nc1 e número dos alunos que concluem os programas – nc2									
	PIBIC		PIVIC		PIBIC-AF		PIBITI		PIVITI	
	NC1	NC2	NC1	NC2	NC1	NC2	NC1	NC2	NC1	NC2
2010	664	652-98,2%	343	335-97,7%	16	100%	25	23-92%		
2011	945	814-86,1%	484	404-83,5%	1		8	1-12,5%		
2012	939	801-85,3%	644	548-85,1%	17	14-82,4%	57	45-78,9%	2	100%
2013	1084	888-81,9%	562	459-81,7%	19	19-73,1%	41	34-84,9%		

Fonte: UFPB/PRPG 2014- Dados coletados, a partir da solicitação feita na coordenação da Pró-reitoria de Pós Graduação – PRPG.

O quadro mostra que existe um número expressivo de alunos que concluem os projetos, considerando o ano de 2010 a 2013, em todos os programas. Outro fator importante a ser destacado é a permanência dos poucos alunos beneficiados com os programas, que na universidade não recebem algum benefício. No apanhado geral do quadro, percebe-se que os programas vêm propiciando a permanência dos estudantes, a partir dos vínculos estabelecidos com programas de pesquisas, mesmo os que não recebem bolsa, o que significa que criar programas de inserção acadêmica pode gerar processos de permanência, mesmo aos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a permanência de estudantes em cursos de educação superior, torna-se importante considerar os princípios das políticas neoliberais, que a partir do interesse de desenvolvimento do capital projeta políticas para a inclusão social em um contexto amplo de exclusão social. E, a condição concreta de sujeitos com histórico de vulnerabilidade que ingressam na educação superior, considerada uma modalidade elitista em sua construção histórica. Portanto, o debate da permanência tornar-se desafiador para os estudiosos da área, no sentido de entender os entremeados das condições de permanência, no que refere-se as condições políticas, sociais, educacionais e econômicas concretas de existência das instituições e dos sujeitos.

Os resultados do estudo, demonstra o quanto na Universidade Federal da Paraíba encontra-se incipiente, ainda, nas políticas voltadas à permanência, principalmente para alunos que encontra-se em situação de vulnerabilidade social. Alunos estes que vem rompendo as barreiras da desigualdade social, educacional, cultural e econômica, na busca de acompanhar o jogo universitário, por meio de sacrifícios, ou até mesmo de anulação da sua identidade cultural, hábitos, modo de vida e etc.

Para as indagações futuras, tornar-se pertinente avançar nesse estudo, buscando identificar o quantitativo de alunos contemplados, de todos os programas acadêmicos e assistencialistas que a UFPB oferece, tendo em vista, a contribuição destes programas, na permanência dos alunos na universidade, na busca de encontrar respostas juntos aos próprios sujeito e vislumbrar a universidade como um alicerce para o aluno se firmar na promoção da inclusão social, em que as políticas de ampliação do acesso e permanência são fatores preponderantes para o sucesso.

1. REFERÊNCIAS

- BRASIL. INEP. **Sinopses Estatística do Censo da Educação Superior: 1995 a 2012**. Brasília: Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso 16 abril. 2015.
- BANCO MUNDIAL/BIRD. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington:[s.n.], 1995.
- BANCO MUNDIAL/BIRD/UNESCO. **La educación en los países endesarrollados: peligros y promesas**. [s.n.], 2000. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2012.
- BORGES, M. C. A. **Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina**. RBPAAE – v.26, n.2, p.367-375, mai./ago. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- _____. **Razões e Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Tradução, Mariza Corrêes – Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- BRASIL. LDBEN. Disponível em: <http://gepede.sites.uol.com.br/LDBEN.html>. Acesso em: 17 de out. de 2009.
- BRASIL. INEP. **Sinopses Estatística do Censo da Educação Superior: 1995 a 2012**. Brasília: Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso 16 abril. 2015.

_____. Lei nº. 9.113, 16 outubro de 1995. **Cria o Conselho Nacional de Educação e o Exame Nacional de Cursos e dá outras providências.** Brasília: 1995. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995-10-16;9113>> Acesso em: 15 dez. 2012.

_____. Lei nº 10.861, 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm> Acesso em: 15 dez. 2012.

CARVALHO, C. H. A. **A política pública para a educação superior no Brasil (1995-2008): ruptura ou continuidade?** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP: 2011.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; NAKAMURA, Paulo. Expansão do acesso à educação superior: inclusão ou exclusão ampliada. **XX Seminário Nacional UNIVERSITAS/Br.** Políticas de Educação Superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social. Universidade Federal da Paraíba - UFPB. João Pessoa, pp.15, 2012.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso e JEZINE, Edineide. EXPANSÃO DA (NA) UFPB: AVALIANDO O REUNI (2008 A 2012). **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.22, n.2, p. 60-82, jul.-dez. 2013.

CHAVES, V. J. **Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios.** Educação e Sociedade, n. 111, v. 31, abr. jun, 2010.

CHAVES, V. L. J.; MENDES, O. da C. O contrato de gestão na Reforma da Educação Superior Pública. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/352.pdf. Acesso em 05 de março de 2013.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação (2011-2020) - Avaliação e Perspectivas.** 2ª ed. Goiânia: UFG, 2011. p. 105-136.

GENTILI, Pablo. **Escola S.A.** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996. p. 10.

IBGE. **Censo Demográfico 2000: Resultados Preliminares.** Rio de Janeiro: IBGE; 2000. Disponível em:

<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=25&cod2=&cod3=25&frm=piramide>> Acesso em: 12 dez. 2012.

INEP/MEC. **Evolução da Educação Superior - Graduação.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/centro-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. **Resumo Técnico. Cursos de Educação Superior de 2010.** Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centro_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf. Acesso em: nov. 2012.

_____. BRASIL. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2006.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 15 março, 2013.

_____. **Educação Superior Brasileira 1991 – 2004 - Paraíba.** Brasília. INEP, 2006. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4332>. Acesso em 10 de março de 2013.

JEZINE, E.; SERRANO, Rossana, M. S. M. O Banco Mundial e os indicadores de regulação e emancipação nas políticas de avaliação na educação superior brasileira. In. JEZINE, E.; TEODORO, A. (Orgs.) **Organizações Internacionais e Modos de Regulação das Políticas de Educação: Indicadores e comparações internacionais.** Brasília: Liber Livro, 2012.

JEZINE, E; PRESTES, E. M. T. Democratização do acesso à educação superior no Brasil. In. RAMALHO, B. L.; LLAVADOR, J. B.; CARVALHO, M. E. P.; DINIZ, A. V. S. (Coords.) **Reformas Educativas, Educación Superior e Globalización en Brasil, Portugal e España.** Valência: Editorial Germania, 2011.

OTRANTO, Celia Regina. **Areforma da educação superior do governo Lula**: Da inspiração à implantação. In. Revista Universidade e Sociedade – *ANDES-SN*, ano XVI, nº 38, jun/2006.

PRESTES, E. M. T.; JEZINE, E.; SCOCUGLIA, A. C. Democratização do Ensino Superior Brasileiro: O caso da Universidade Federal da Paraíba. *Rev. Lusófona de Educação* – n. 21, p. 199-218, out/dez, 2012.

SOUZA JUNIOR, L. **A expansão da universidade pública: uma experiência de democratização do ensino superior.** Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0310.pdf>. Acesso em: 26 de dez. de 2011.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba. **Plano de reestruturação e expansão da Universidade Federal da Paraíba** (REUNI-UFPB), impresso, 2007.

_____. **UFPB em Dados/90**. Pró-Reitoria de Planejamento. João Pessoa. UFPB, 1990.

_____. **Resolução Nº 05/2006**. Autoriza a criação do Campus Litoral Norte (Campus IV), com sede na cidade de Rio Tinto. UFPB, 2006. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/06consuni.html>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

_____. Lei nº 10.419, 09 de abril de 2002. **Dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e dá outras providências.** Paraíba, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10419.htm> Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. **Manual do Estudante.** Disponível em: <http://issuu.com/ufpbemrevista/docs/manual_do_estudante_ufpb_digital> Acesso 16 abril. 2015.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2010. Estudos e Pesquisas. Informações Demográficas e Socioeconômicas. Rio de Janeiro, 2010.

PAULA. Maria de Fatima Costa; CARDOSO. Ana Carolina Grangeia Cardoso. **A influência das políticas neoliberais na educação superior: casos UFF E UERJ.** In: SILVA. Maria das Graças Martins. Políticas Educacionais: faces e interfaces da democratização. Cuiabá: EdUFPMT, 2011, p. 92.

PIOTTO, Débora Cristina. **Camadas Populares e Universidade Pública: trajetórias e experiências escolares.** São Carlos: Pedro & João Editores 2014.

ROCHA. Renan Gonçalves. Duas Leituras do Capitalismo em Marx. **Caderno Espinosano XXV.** S/D.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010b, p. 31-83

SGUISSARDI. Valdemar. **Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (E acesso À) Educação Superior no Brasil 2002 – 2012.** Projeto de Organismo Internacional – OEI/BRA/10/002. Piracicaba. 2014.